



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

PORTARIA Nº 268/2024

Estabelece o Plano de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná para 2024 e 2025.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XXV do artigo 23 do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO os objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná delineados na [Resolução TRE/PR nº 874/2021](#), que aprovou a revisão do Planejamento Estratégico para o período 2021-2026 no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná e deu outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir diretrizes para nortear as ações da gestão;

R E S O L V E

Art. 1º Divulgar o Plano de Gestão deste TRE/PR, no período de fevereiro/2024 a janeiro/2026, na forma do Anexo.

Art. 2º A partir da publicação desta Portaria, as unidades administrativas referidas no Plano de Gestão deverão apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada trimestre, informações sobre o cumprimento das ações, justificando a não execução ou a execução parcial das atividades, à Seção de Planejamento Estratégico, que compilará as informações e as apresentará ao Conselho de Governança nas Reuniões de Análise da Estratégia.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Art. 3º O rol de ações previsto no Plano de Gestão poderá ser ampliado ou revisado mediante proposição da área envolvida, a qual deverá ser submetida à apreciação desta Presidência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de julho de 2024.

Des. Sigurd Roberto Bengtsson
Presidente



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

PLANO DE GESTÃO 2024/2025 ANEXO - I À PORTARIA Nº 268/2024

SUMÁRIO

PORTARIA Nº 268/2024.....	1
APRESENTAÇÃO.....	4
AÇÕES PROPOSTAS PARA 2024/2025.....	6
Pilar Governança.....6	
<u>Ação 01</u>: Aumentar a pontuação e a classificação do TRE-PR no Prêmio CNJ de Qualidade 2024, aperfeiçoar os processos de trabalho, bem como cumprir os objetivos estratégicos do Tribunal de forma eficiente, evitando desperdícios.....	6
●Atividade 01: Potencializar a coordenação de ações que visam o fiel atendimento das diretrizes para o Prêmio CNJ.....	6
●Atividade 02: Estabelecer o Plano de Sucessão.....	6
●Atividade 03: Promover Evento sobre Sustentabilidade.....	7
●Atividade 04: Aperfeiçoar os procedimentos relativos ao planejamento das contratações.....	7
●Atividade 05: Aprimorar a Segurança da Informação no TRE-PR.....	8
Pilar Pessoas com Deficiência (PcD).....	8
<u>Ação 02</u>: Ampliar a participação de Pessoas com Deficiência (PcD) nas eleições.....	8
●Atividade 01: Ampliar o quantitativo de eleitores cadastrados com deficiência – PcD.....	8
●Atividade 02: Incentivar a participação ativa de pessoas com deficiência no processo eleitoral, como mesários(as) e auxiliares no processo eleitoral.....	9
●Atividade 03: Ampliar a Divulgação do Projeto Sentindo na Pele.....	9
●Atividade 04: Promover campanha de divulgação do curso “Candidaturas com Acessibilidade e Inclusão”, a fim de estimular a participação das PcD na política.....	9
●Atividade 05: Aperfeiçoar a acessibilidade nos edifícios da Justiça Eleitoral do Paraná.....	10
Pilar Mulheres.....	10
<u>Ação 03</u>: Enfrentamento de todas as formas de assédio e de violência contra as mulheres.....	10
●Atividade 01: Ampliar a representatividade feminina.....	10
●Atividade 02: Seminários de combate à Violência Política de Gênero.....	11



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

- Atividade 03: Combate ao assédio, discriminação e toda forma de violência contra a mulher.....12
- Atividade 04: Incentivar a inclusão de mulheres integrantes de grupos vulneráveis no mercado de trabalho.....12
- Atividade 05: Incluir o tema violência política de gênero e representatividade feminina em ações de capacitação e sensibilização.....13

Pilar Integridade.....13

Ação 04: Planos de Integridade.....13

- Atividade 01: Desenvolver o Portal da Integridade do TRE-PR.....13
- Atividade 02: Aperfeiçoar o monitoramento dos riscos pertinentes às contratações inerentes às Eleições de 2024.....14
- Atividade 03: Revisar os Normativos referentes a infrações disciplinares.....14
- Atividade 04: Aperfeiçoar o alinhamento das contratações aos objetivos estratégicos do tribunal.....14
- Atividade 05: Implementar medidas estruturantes do Plano de Integridade.....15

Pilar Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.....15

Ação 05: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.....15

- Atividade 01: Desenvolver material para alinhamento de discurso institucional, propondo conteúdos e apresentando dados e informações para a preparação e realização das eleições de 2024.....15
- Atividade 02: Ampliar a estrutura itinerante da Justiça Eleitoral do Paraná.....16
- Atividade 03: Proporcionar o atendimento de eleitores em situação de vulnerabilidade social.....16
- Atividade 04: Ampliar o atendimento à população residente em locais remotos, distantes das sedes dos fóruns eleitorais e de difícil acesso, quilombolas, caiçaras e indígenas (Cidadania Plena).....17
- Atividade 05: Celebrar convênio entre o TRE-PR, TJPR, ANOREG/PR, outras entidades e municipalidades, com distância superior a 20 Km da sede da ZE, visando a implantação de Postos de Inclusão Digital nas municipalidades conveniadas.....17

MAPA ESTRATÉGICO.....18

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2021/2026.....19



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

APRESENTAÇÃO

O Plano de Gestão tem por objetivo traduzir, por meio de ações, as práticas e os processos a ele vinculados que deverão ser implementados para propiciar à organização o material necessário ao alcance dos resultados previstos em seus planos institucionais, em especial para o cumprimento de sua missão.

O Plano de Gestão 2024 - 2025 do Presidente do TRE-PR, Exmo. Des. Sigurd Roberto Bengtsson, está organizado em 5 grupos de ações distribuídas conforme os 5 pilares que ancoram a atual gestão:

1. Governança

Seguir as diretrizes preconizadas pelo Conselho Nacional de Justiça que primam por um planejamento consistente, pela produção e disseminação de dados e de informações de modo sistemático, seguro e transparente, primando, desta forma, por uma gestão administrativa de qualidade e por uma prestação jurisdicional eficiente.

2. Pessoas com deficiência (PcD)

Promover ações que incentivem, qualifiquem e garantam a participação de pessoas com deficiência como eleitoras e eleitores, como mesária, mesário ou apoio logístico nas seções eleitorais e que aumentem a representatividade política por meio do registro de candidaturas com acessibilidade e inclusão.

3. Mulheres

Fomentar iniciativas institucionais que contribuam para a correção da desigualdade histórica: ampliar a representatividade feminina na política nacional, prevenir e reprimir a violência política contra mulheres.

4. Integridade

Estruturar medidas de gestão estratégica, ações a atos normativos para a permanente observância aos princípios da transparência, ética, impessoalidade e interesse público, tal como preconizado pelo Min.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Milton Luiz Pereira, reconhecido por sua idoneidade, retidão de conduta e eficiência na administração pública.

5. Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Levar os serviços da Justiça Eleitoral às cidades do Paraná que não possuam sedes. O objetivo é combater a exclusão digital e facilitar o acesso aos serviços das pessoas que enfrentam grandes distâncias em busca de atendimento.

Por sua vez, as ações contemplam os dez Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico 2021-2026 (Resolução TRE-PR nº 874/2021 e Portaria TRE-PR nº 311/2021), conforme detalhamento contido no Anexo II.

Tais objetivos norteiam as ações, projetos, programas e obras do órgão, e estão relacionados aos temas: Garantia dos direitos fundamentais; Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais; Promoção da sustentabilidade; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária; Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira e Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.

Os projetos em estudo ou implementados pelas diversas áreas do Tribunal devem se adequar ao estabelecido dentro da estratégia organizacional. Nesse contexto, as ações e atividades previstas no Plano de Gestão estão relacionadas a um ou mais Objetivos Estratégicos, a depender do escopo e dos programas desenvolvidos, e também estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

AÇÕES PROPOSTAS PARA 2024/2025

Pilar “Governança”

Ação: Aumentar a pontuação e a classificação do TRE-PR no Prêmio CNJ de Qualidade 2024, aperfeiçoar os processos de trabalho, bem como cumprir os objetivos estratégicos do Tribunal de forma eficiente, evitando desperdícios.

Finalidade: Seguir as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, que primam pelo planejamento consistente, produção e disseminação de dados de modo sistemático, zelando pela gestão administrativa eficaz, transparente, responsável e de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis.

Atividade nº 1: Potencializar a coordenação de ações que visam o fiel atendimento das diretrizes para o Prêmio CNJ.

Metas:

- Realizar reuniões mensais, no período de março a dezembro, com as unidades envolvidas com a pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade.
- Criar o Guia da Transparência, dividido em 10 temas, conforme Portaria CNJ nº 25/2024.
- Automatizar a geração de 3 relatórios relativos ao MPM, otimizando a captação de dados que serão enviados ao CNJ.

Mensuração:

- Total de reuniões mensais realizadas/10 x 100%.
- Quantidade de temas disponibilizados no Guia da Transparência/10 x 100%.
- Quantidade de relatórios automatizados/3 x 100%.

Prazo: Março/24 até Janeiro/25.

Responsáveis: ASSP/SECPLI (CPEG) e SECTI/SECGP (COP, CFTD e SMR).

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.
- OE 10 - Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.

Atividade nº 2: Estabelecer o Plano de Sucessão.

Meta: Identificar e mapear pelo menos uma ocupação crítica ou de risco em cada Secretaria.

Mensuração: Quantidade de ocupações críticas e de risco mapeadas/9 x 100%.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prazo: Dezembro/2024.

Responsáveis: SECGP (CFTD, SLRT e SDES).

Objetivos Estratégicos:

- OE 3 - Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.
- OE 4 - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Atividade nº 3: Promover Evento sobre Sustentabilidade.

Metas:

- Promover seminário sobre sustentabilidade visando conscientizar e engajar a sociedade e os servidores do Tribunal em práticas sustentáveis, além de integrar e alinhar suas atividades com os princípios do desenvolvimento sustentável.
- Aumentar o IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável) para 80%.

Mensuração:

- A atividade será considerada cumprida quando o evento for realizado.
- Percentual IDS atingido na divulgação do Relatório do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário (PLS-Jud).

Prazo: Agosto/2025.

Responsáveis: SECPLEI e COEJE.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 6 - Promoção da sustentabilidade.

Atividade nº 4: Aperfeiçoar os procedimentos relativos ao planejamento das contratações.

Metas:

- Coletar os pedidos de contratações junto às unidades do tribunal.
- Apresentar o PCA 2026, conforme planejamento realizado pela administração.
- Ter previstas no PCA, no mínimo, 70% das contratações realizadas pelo tribunal em 2026.

Mensuração:

- A ação será considerada cumprida com o recebimento dos pedidos de contratação apresentados pelas unidades à SECAD.
- A ação será considerada realizada com a apresentação do PCA à alta administração.
- Quantidade de contratações realizadas/quantidade de contratações previstas x 100%.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prazos:

- Novembro/2024.
- Fevereiro/2025.
- Dezembro/2026.

Responsáveis: SECAD (CIP, CGP e CPC).

Objetivos Estratégicos:

- OE 6 - Promoção da sustentabilidade.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.
- OE 9 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Atividade nº 5: Aprimorar a Segurança da Informação no TRE-PR.

Meta: Capacitar 421 (50%) de servidores do quadro do Tribunal.

Mensuração: Quantidade de servidores capacitados/421 x 100%.

Prazo: Dezembro/2024.

Responsáveis: SECTI e COEJE.

Objetivos Estratégicos:

- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.
- OE 3 - Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.
- OE 10 - Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.

Pilar “Pessoas com Deficiência (PcD)”

Ação: Ampliar a participação de Pessoas com Deficiência (PcD) nas eleições.

Finalidade: Promover ações voltadas para pessoas com deficiência (PCD), a fim de garantir a inclusão social e a participação como eleitoras (es), mesárias (os), apoio logístico nas seções eleitorais e aumentar a representatividade política mediante o registro de candidaturas com acessibilidade e inclusão.

Atividade nº 1: Ampliar o quantitativo de eleitores cadastrados com deficiência – PcD.

Metas:



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

- Veicular ao menos 6 matérias no site do TRE-PR, sendo uma para cada tema (cadastro eleitoral e mesários), 15 cards e 10 vídeos no Instagram e Tik Tok com conteúdo de chamamento de pessoas com deficiência.
- Aumentar o cadastro de eleitores em 2%.

Mensuração:

- Quantidade de “mídias” disponibilizadas/31 x 100%.
- Quantidade de eleitores com deficiência registrados no cadastro eleitoral em julho/2024 \geq a 2% da quantidade de eleitores com deficiência registrados no cadastro eleitoral em julho/2023.

Prazo: Julho/2024.

Responsáveis: SECOM e AIA.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

Atividade nº 2: Incentivar a participação ativa de pessoas com deficiência no processo eleitoral, como mesários(as) e auxiliares no processo eleitoral.

Meta: Cadastrar 100 mesários com deficiência.

Mensuração: Quantidade de mesários com deficiência cadastrados/100 x 100%.

Prazo: Agosto/2024.

Responsável: AIA.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.

Atividade nº 3: Ampliar a Divulgação do Projeto Sentindo na Pele.

Meta: Capacitar até 161 (50%) chefias existentes na sede do TRE/PR.

Mensuração: Quantidade de servidores com cargo de chefia capacitados/161 x 100%.

Prazo: Dezembro/2024.

Responsáveis: AIA e CPAIN – Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Atividade nº 4: Promover campanha de divulgação do curso “Candidaturas com Acessibilidade e Inclusão”, a fim de estimular a participação das PcD na política.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Meta: Atingir a emissão de 50 certificados do curso.

Mensuração: Quantidade de certificados/50 x 100%.

Prazo: Dezembro/2024.

Responsável: COEJE.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Atividade nº 5: Aperfeiçoar a acessibilidade nos edifícios da Justiça Eleitoral do Paraná.

Metas:

- Elaborar Projeto de Acessibilidade específico para os edifícios da JE do Paraná, contemplando o público interno e externo, observando as normas técnicas e questões arquitetônicas.
- Efetuar levantamento, a partir do Projeto de Acessibilidade, sobre a condição dos 153 Fóruns Eleitorais.

Mensuração:

- A atividade será considerada cumprida com a aprovação do Projeto pela alta administração.
- Quantidade de fóruns analisados/153 x 100%.

Prazo:

- Dezembro/2024.
- Dezembro/2025.

Responsáveis: SECAD (CIP, CGP e CTSI).

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 6 - Promoção da sustentabilidade.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.
- OE 9 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Pilar “Mulheres”

Ação: Enfrentamento de todas as formas de assédio e de violência contra as mulheres.

Finalidade: Fomentar iniciativas institucionais que contribuam para ampliar a representatividade feminina na política nacional, prevenir e reprimir toda a forma de violência contra mulheres.

Atividade nº 1: Ampliar a representatividade feminina.

Metas:

- Fixar cards, em 100% dos Fóruns Eleitorais, relativos aos percentuais mínimo e máximo de candidaturas para cada gênero.
- Realizar campanha nas redes sociais com a narrativa sobre os percentuais mínimo e máximo de candidaturas por gênero.
- Veicular na *intranet* 5 matérias abordando os temas “violência política contra a mulher”; “ações para efetiva participação feminina na política”; “assédio sexual contra mulher”; “discriminação contra a mulher” e “mulheres nas lideranças corporativas”.

Mensuração:

- Quantidade de Fóruns com cards/Quantidade total de Fóruns x 100%.
- A ação será considerada cumprida com a divulgação da campanha.
- Quantidade de matérias publicadas na intranet/5 x 100%.

Prazo: Novembro/2024.

Responsáveis: SECOM e Fóruns Eleitorais/Cartórios Eleitorais.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Atividade nº 2: Seminários de combate à Violência Política de Gênero.

Meta: Promover 6 seminários (Curitiba, Londrina, Guarapuava, Umuarama, Cascavel e Ponta Grossa) visando a sensibilização e a mobilização da sociedade civil, para o combate à violência política de gênero e a promoção da participação plena das mulheres na política.

Mensuração: Quantidade de seminários/6 x 100%.

Prazo: Julho/2024.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Responsável: Núcleo de Inclusão e Diversidade.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Atividade nº 3: Combate ao assédio, a discriminação e a violência doméstica contra a mulher.

Metas:

- Estabelecer as diretrizes para o acolhimento e escuta ativa de mulheres vítimas de toda forma de violência e assédio.
- Capacitar 421 (50%) servidores do tribunal, visando coibir condutas que possam ser consideradas inapropriadas no ambiente de trabalho.
- Realizar evento que aborde desafios e soluções no enfrentamento à violência doméstica, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Mensuração:

- A atividade será considerada cumprida com a definição do protocolo de escuta ativa.
- Quantidade de servidores capacitados/421 x 100%.
- A ação será considerada cumprida com a realização do evento.

Prazo: Novembro/2025.

Responsável: COEJE e OUVIDORIA DA MULHER.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Atividade nº 4: Incentivar a inclusão de mulheres integrantes de grupos vulneráveis no mercado de trabalho.

Metas:

- Prever a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade social, nos contratos que contemplem mais de 24 postos de trabalho.
- Celebrar 5 acordos com entidades que atendam mulheres em situação de vulnerabilidade social, a fim de divulgar as vagas de trabalho ofertadas.

Mensuração:



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

- Total de contratos celebrados de agosto de 2024 a dezembro de 2025/total de contratos com previsão de contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade x 100%.
- Quantidade de acordos celebrados/5 x100%.

Prazo: Dezembro/2025.

Responsáveis: SECAD (CLC, ATCLC e ATSECAD).

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Atividade nº 5: Incluir o tema violência política de gênero e representatividade feminina em ações de capacitação e sensibilização.

Meta: Alcance de 200 pessoas.

Mensuração: Quantidade de pessoas capacitadas/200 x 100%.

Prazo: Dezembro/2024.

Responsável: COEJE.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Pilar “Integridade”

Ação: Planos de Integridade.

Finalidade: Estruturar medidas de gestão estratégica, ações e atos normativos para a permanente observância aos princípios da transparência, ética, impessoalidade e interesse público, tal como preconizado pelo Min. Milton Luiz Pereira, reconhecido por sua idoneidade, retidão de conduta e eficiência na administração pública.

Atividade nº 1: Desenvolver o Portal da Integridade do TRE-PR.

Meta: Estruturar um portal com as informações institucionais constantes do plano de integridade aprovado pelo TRE-PR, com identidade visual própria, para disponibilização no site do TRE-PR na internet.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Mensuração: A atividade será considerada cumprida com a Publicação do Portal na internet, com disponibilização do link para conferência.

Prazo: Julho/2024.

Responsável: SECOM.

Objetivos Estratégicos:

- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 5 - Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Atividade nº 2: Aperfeiçoar o monitoramento dos riscos pertinentes às contratações inerentes às Eleições de 2024.

Meta: Monitorar o risco de todos os contratos celebrados pelo TRE-PR para a realização das Eleições de 2024.

Mensuração: Total de contratos monitorados referentes às Eleições 2024/total de contratos celebrados referentes às Eleições 2024 x 100%.

Prazo: Dezembro/2024.

Responsável: SECAD.

Objetivos Estratégicos:

- OE 5 - Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.
- OE 9 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Atividade nº 3: Revisar os Normativos referentes a infrações disciplinares.

Meta: Revisar a Resolução TRE-PR nº 795/2017, visando a modernização e atualização da legislação, o fortalecimento da eficiência e da efetividade, a promoção da justiça e da imparcialidade, o fortalecimento da disciplina e da responsabilização, bem como a proteção dos servidores e da imagem institucional.

Mensuração: A atividade será considerada cumprida com a aprovação da minuta da Resolução TRE-PR nº 795/2017 revisada.

Prazo: Dezembro/2024.

Responsáveis: SECCRE e ASSPRES.

Objetivos Estratégicos:

- OE 5 - Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

- OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

Atividade nº 4: Aperfeiçoar o alinhamento das contratações aos objetivos estratégicos do tribunal.

Meta: Responder afirmativamente, pelo menos, 70% das questões relativas a contratações previstas no questionário TCU iESGo 2024.

Mensuração: Quantidade de questões do questionário TCU iESGo 2024 relativas a contratações respondidas afirmativamente/total de questões do questionário TCU iESGo 2024 relativas a contratações x 100%.

Prazo: Dezembro/2025.

Responsáveis: SECAD (ATSECAD) e DG.

Objetivos Estratégicos:

- OE 5 - Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.
- OE 6 - Promoção da sustentabilidade.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.
- OE 9 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

Atividade nº 5: Implementar medidas estruturantes do Plano de Integridade.

Meta: Cumprir 80% das medidas estruturantes previstas no Plano de Integridade.

Mensuração: Quantidade de medidas estruturantes cumpridas/quantidade de medidas estruturantes previstas x 100%.

Prazo: Novembro/2024.

Responsáveis: ASSP e Núcleo de Integridade e Plano de Continuidade de Negócios.

Objetivos Estratégicos:

- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 5 - Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.
- OE 8 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

Pilar “Facilitar o Acesso à Justiça Eleitoral”

Ação: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Finalidade: Promover a aproximação dos serviços da Justiça Eleitoral às pessoas que enfrentam grandes distâncias em busca de atendimento nas cidades do Paraná, que não possuem sedes, com o objetivo de combater a exclusão digital e facilitar o exercício do direito ao voto.

Atividade nº 1: Desenvolver material para alinhamento de discurso institucional, propondo conteúdos e apresentando dados e informações para a preparação e realização das eleições de 2024.

Meta: Disponibilizar documento único, com informações validadas por todas as secretarias do TRE-PR, para ser consultado por magistrados e servidores no atendimento aos meios de comunicação externos.

Mensuração: A atividade será considerada cumprida com a disponibilização do documento finalizado e validado pelas Secretarias no Portal das Eleições 2024.

Prazo: Maio/2024.

Responsável: SECOM.

Objetivos Estratégicos:

- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 3 - Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.

Atividade nº 2: Ampliar a estrutura itinerante da Justiça Eleitoral do Paraná.

Meta: Levar a Justiça Eleitoral a 150 localidades de difícil acesso, facilitando o alistamento eleitoral e a regularização da situação eleitoral aos moradores dessas localidades.

Mensuração: Quantidade de localidades atendidas/150 x 100%.

Prazo: Dezembro/2025.

Responsável: SECPLEI.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.

Atividade nº 3: Proporcionar o atendimento de eleitores em situação de vulnerabilidade social.

Meta: Atender pelo menos 1.250 eleitores em situação de vulnerabilidade social, em: Penitenciárias, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e Fundação de Ação Social (FAS).

Mensuração: Quantidade de eleitores atendidos/1.250 x 100%.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prazo: Dezembro/2025.

Responsável: SECPLEI.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.

Atividade nº 4: Ampliar o atendimento à população residente em locais remotos e de difícil acesso, quilombolas, caiçaras e indígenas (Cidadania Plena).

Meta: Atender 1.000 pessoas pertencentes às comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras, em mutirões realizados no estado do Paraná.

Mensuração: Quantidade total de indígenas, quilombolas e caiçaras atendidos nos mutirões/1.000 x 100%.

Prazo: Dezembro/2025.

Responsável: SECPLEI.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.

Atividade nº 5: Celebrar convênio entre o TRE-PR, TJPR, ANOREG/PR, outras entidades e municipalidades, com distância superior a 20 Km da sede da ZE, visando a implantação de Postos de Inclusão Digital nas municipalidades conveniadas.

Meta: Promover a inclusão social e a cidadania através da instalação de 4 PIDs, por meio de convênio com o TJPR, ANOREG ou outras entidades e municipalidades.

Mensuração: Quantidade de PIDs instalados/4 x 100%.

Prazo: Dezembro/2025.

Responsável: SECPLEI.

Objetivos Estratégicos:

- OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais.
- OE 2 - Fortalecimento da relação institucional com a sociedade.
- OE 10 - Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.



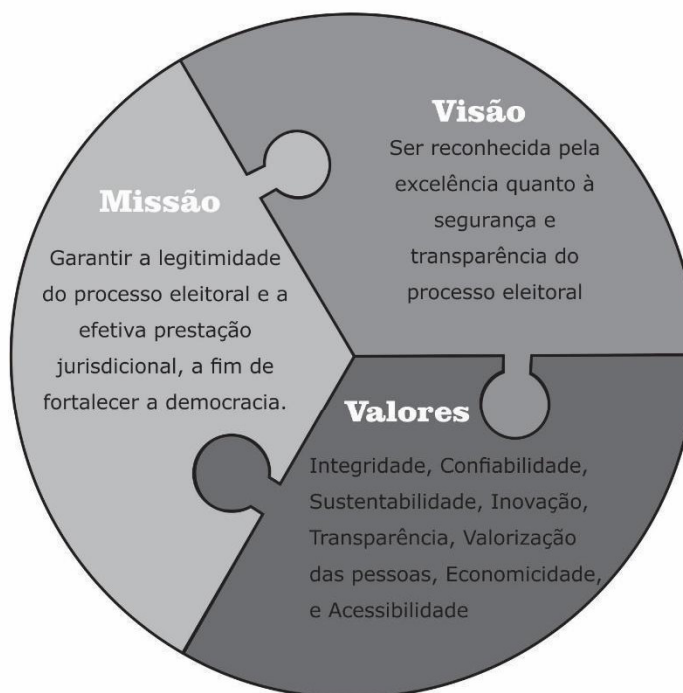
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

ANEXO II À PORTARIA Nº 268/2024 - PLANO DE GESTÃO 2024-2025 MAPA ESTRATÉGICO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRE-PR

MAPA ESTRATÉGICO:

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná Planejamento Estratégico - 2021/2026

MAPA ESTRATÉGICO Plano Estratégico 2021-2026



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

SOCIEDADE	Garantia dos direitos fundamentais
	Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade
PROCESSOS INTERNOS	Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
	Promoção da sustentabilidade
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2021/2026

As frentes de atuação estabelecidas no plano estratégico da Justiça Eleitoral do Paraná foram agrupadas em três perspectivas estratégicas, em alinhamento elaborados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário: sociedade, processos internos e aprendizagem e crescimento.

Sociedade

OE 1 - Garantia dos direitos fundamentais: refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.



OE 2 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade: refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.





Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Processos Internos

OE 3 - Fortalecimento da segurança do processo eleitoral: está relacionado a objetivos e iniciativas que visam a garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria dos processos de trabalho.



OE 4 - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional: tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.



OE 5 - Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais: conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.





Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

OE 6 - Promoção da sustentabilidade: aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.



OE 7 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária: formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado à sociedade.



Aprendizado e Crescimento

OE 8 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas: refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.



OE 9 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira: refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.



OE 10 - Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados: programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais à sociedade e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

